

Moneris junta-se à EY e vai avaliar Efacec para estimar valor da indemnização

URL:

<https://pt.cision.com/cp2013/clippingdetails.aspx?id=739E0DB4-8F4A-4D5D-A3F0-1E5AAEE8464D>

A Moneris é a segunda entidade escolhida pela Parpública para a avaliar a Efacec. Será com base nas duas avaliações que se estimará o valor de uma eventual indemnização a pagar pela nacionalização.

A Moneris é a segunda entidade escolhida para avaliar a Efacec, ao lado da consultora EY, apurou o ECO junto de fonte próxima do processo. Será com base nas avaliações destas duas entidades independentes, tal como diz a lei das nacionalizações, que será definido o valor de uma eventual indemnização a pagar pelo Estado por causa da nacionalização parcial da empresa anunciada em julho.

Fundada em 2007, a Moneris é uma empresa de consultoria que presta serviços em várias áreas, desde contabilidade e reporting e assessoria fiscal até corporate finance. É liderada Rui Almeida. A escolha da Moneris pela Parpública deveu-se sobretudo à falta de alternativas no mercado, tendo em conta eventuais conflitos de interesse que outras auditoras apresentariam.

Contactada pelo ECO, a Parpública confirmou a escolha: "A Moneris foi a entidade que, da consulta efetuada ao mercado, apresentou a proposta considerada mais equilibrada e vantajosa relativamente aos critérios estabelecidos".

Além da EY e da Moneris, foram ainda contratados para o processo de reprivatização da empresa nortenha Haitong Bank (para assessor financeiro) e a firma de advogados SRS (para assessor jurídico). Mas antes de processo avançar, o Executivo ainda vai ter de publicar, em Diário da República, as condições de reprivatização, não havendo ainda uma data prevista.

"A Moneris foi a entidade que, da consulta efetuada ao mercado, apresentou a proposta considerada mais equilibrada e vantajosa relativamente aos critérios estabelecidos."

Parpública

Fonte oficial

Aquando da nacionalização dos 71,73% do capital social da Efacec que estavam nas mãos da Isabel dos Santos, o ministro da Economia Siza Vieira referiu que o Estado deveria pagar uma indemnização, mas ainda sem saber a quem. Isto porque as ações detidas pela empresária angolana na Efacec, através da sociedade Winterfell2, foram dadas em penhor aos bancos credores, não se sabendo ainda quem será indemnizado.

"O Governo pagará o valor que for determinado por esta avaliação no momento em que seja determinado quem é o credor desse valor", referiu o ministro da Economia na altura da nacionalização, há mês e meio.

Alberto Teixeira e António Costa